



11/12

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO FÉLIX DA MARINHA

Município de Vila Nova de Gaia

ATA Nº 2

Da Assembleia de Freguesia de São Félix da Marinha

---Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de São Félix da Marinha, sito no Largo da Igreja, nº45, em São Félix da Marinha, reuniram em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de São Félix da Marinha.-----

---Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:-----

---Mónica Alexandra da Silva Almeida (PS), João Rogério Leite Alves Oliveira (PS), António Manuel de Oliveira Rocha (PS), Vítor Hugo Guedes Teixeira (PS), Hugo Filipe da Costa Moreira (PS), Liliana Isabel Moreira Costa (PS), Luís António Neto Castro de Oliveira (PSD), Manuel Gomes Ribeiro (PSD), Margarida Fernandes Marques Ferreira Gomes (PSD) e Luís Alexandre Campos Melão Barroso (CDS) em substituição de António Fernando da Silva Baqué Rocha (CDS).-----

---Por parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes os seguintes membros: Carlos Alberto Gonçalves Pinto (Presidente da Junta de Freguesia), António Alves Almeida (Secretário da Junta de Freguesia), Alfredo Fernando Alves de Sousa (Tesoureiro da Junta de Freguesia), Rui Manuel da Silva Sousa (1ª Vogal da Junta de Freguesia) e Susana Carina Silva Cunha (2ª Vogal da Junta de Freguesia).-----

---A sessão foi presidida pelo senhor Nuno Albino Santos Morado Leite, Presidente da Assembleia de Freguesia, e secretariada por Vítor Manuel de Oliveira e Sousa, 1º secretário da mesa, e pela Sónia Andreia dos Santos Campos, 2ª secretária da mesa.-----



Handwritten signature

---- Às vinte e uma horas e trinta minutos, depois de feita a respetiva chamada e constatada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia aberta a sessão, com a seguinte ordem do dia:-----

--1. Período de antes da Ordem do Dia.-----

--2. Período de intervenção do Público.-----

--3. Período da Ordem do Dia.-----

--3.1. Apresentação, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2017-2021.-----

--3.2. Apresentação, discussão e votação da Tabela e Taxas (Secretaria e Cemitério) para o ano de 2018.-----

--3.3. Solicitação de autorização para a Junta assumir compromissos, de que resultem encargos financeiros repartidos por vários anos económicos, em conformidade com as Grandes Opções do Plano.-----

--3.4. Solicitação de autorização para a Junta poder celebrar contratos de delegação de competências e de acordos de execução com o Município de Vila Nova de Gaia, bem como a respetiva resolução e, em casos de delegação de competências, a sua revogação (art.º9 alínea g da Lei 75/2013).-----

--3.5. Solicitação de autorização para que a Junta possa celebrar contratos com Instituições Públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvaguarda a sua utilização pela Comunidade Social (art.º9 alínea i da Lei 75/2013).-----

--3.6. Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018.-----

--3.7. Análise da Informação do Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade, por si ou pela Junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira, alínea e), ponto 2, art.º 9 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



[Handwritten signature]

---- O Presidente da Assembleia iniciou a sessão com cumprimentos de boas-vindas aos membros da Assembleia de Freguesia, executivo da Junta de Freguesia e aos demais presentes na sala.-----

De seguida, e antes de dar início à ordem do dia, foi pelo Presidente da Assembleia procedida a leitura da correspondência recebida pela Assembleia de Freguesia de São Félix da Marinha, sendo posteriormente pelo 1º Secretário da Assembleia de Freguesia efetuada a leitura do Edital de convocação da presente Assembleia.-----

-----**1. Período de antes da ordem do dia.**-----

--- Dando-se início ao período de antes da ordem do dia, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia lido dois votos de pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo, bem como, pelo falecimento do Sr. José Pedro Amaro dos Santos Reis, conhecido como “Zé Pedro”, guitarrista e fundador da Banda de rock Xutos e Pontapés, votos esses apresentados pela Bancada do Partido Socialista e que se junta, para os devidos efeitos, em anexo à presente ata sob anexo 1 e 2.-----

Posto a votação, foram os mesmos aprovados por unanimidade.-----

---Seguidamente passou-se à leitura de uma Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia apresentada nesta Assembleia pelos Membros da Bancada do PPD/PSD, proposta essa que se encontra documentada e junta à presente ata para os devidos efeitos sob o anexo 3. -----

Posta a Proposta apresentada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

--- Na mesma senda, foi pelo membro da Bancada do CDS/PP apresentado um voto de pesar pelo falecimento de Sr. Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo, voto de pesar esse que foi lido pelo Sr. Presidente da Assembleia desta Freguesia e que se junta à presente ata sob o anexo 4 para os devidos efeitos.-----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Posto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Oliveira do PPD/PSD:** Começou a sua intervenção após dirigir os seus cumprimentos aos presentes, saudando não só o executivo da Junta, sufragado nas últimas eleições, bem como a nova mesa da Assembleia, deixando um bem-haja a todos os que deixaram de fazer parte do grupo que foi sufragado nas últimas eleições de 1 de Outubro, desejando ainda ao Executivo e à mesa da Assembleia e a todos os que compõem o plenário um mandato de quatro anos com o máximo de êxitos para a freguesia de São Félix da Marinha. Seguidamente teceu algumas considerações quanto ao decorrer do ato de tomada de posse, referindo primeiramente que foi positiva a possibilidade dada nesse ato para a intervenção por parte dos elementos, não só que saíram vitoriosos no ultimo ato eleitoral, mas também dos oponentes que de certa forma estão a liderar os novos grupos parlamentares ou partidos, algo que nos últimos mandatos e que se recorde não houve, pois assim, poderão expressar os seus anseios para este mandato porque nestas situações em democracia para haver vencedores tem que haver vencidos e como tal devemos explanar ou deixar que explique de certa forma as suas ideias num ato de posse. É algo que foi uma mais-valia e algo que, na sua opinião deverá ser mantido. Outra situação que já não foi de bom grado foi o facto da disposição daqueles que tomaram posse, pois nunca foi usual nesta casa que os convidados tivessem uma posição cimeira em relação a todos os treze elementos que tomaram posse. Aqui estavam não só os elementos que estavam a representar o município, nomeadamente o presidente da mesa da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara que considera que o facto de ter intervindo não é problemático, é uma questão apenas, mas que foi bastante longa a sua explanação, focou determinados assuntos que acho que não estavam muito indicadas para um ato de tomada de posse, mas é um direito que lhe assistia dado que lhe deram possibilidade de intervir, a sua pessoa estar presente é algo que de certa forma nos honra porque é em termos municipais a figura cimeira bem como o presidente da Assembleia Municipal. Posto isto queria, e porque estar no período antes da ordem do dia, fez duas referências a duas situações: umas em termos nacionais, uma em termos locais e, vão ser focadas agora, precisamente porque não fazerem parte da ordem de trabalhos. “A nível nacional queria deixar aqui o meu lamento e do meu partido devido à situação de índole



Handwritten signature or initials in blue ink.

social que envolve, digamos, de certa forma alguns elementos e que inclusive provocou demissões neste governo do Partido Socialista, nomeadamente um secretário de estado da segurança social e a envolvimento ou a cumplicidade que existe por parte do atual Ministro do trabalho e da segurança social que inclusive antes de tutelar este ministério era vice presidente da instituição em causa. Instituição em causa que segundo o que é público recebia do governo cerca de 1,2 milhões de euros anuais e não é a associação que está, em termos de valores recebidos, no tope das associações ou das IPSS que em termos de valores recebidos por parte do governo, segundo o próprio ministro é a nº772 ou 773 e portanto ainda existem 771 IPSS que deverão receber valores superiores, poderão ter outros desempenhos mais ou de maior ou menor importância, mas o que está aqui em causa é o seguinte: a cumplicidade continua a existir em elementos que são escolhidos, são selecionados para tutelar determinados ministérios nomeadamente o da segurança social quando os cargos que desempenhavam de uma forma na vida civil, nomeadamente o secretário de estado recebia uma avença de cerca de 60 mil euros anuais de uma instituição que foi criada com fins totalmente distintos daqueles que estavam a ser utilizados. Agora pergunto se na realidade estas demissões e estas situações acontecessem com outras vertentes partidárias era o carmo e trindade, a imprensa iria massacrar-nos diariamente com essas situações e de uma forma muito mais objetiva, porque segundo as demissões neste governo entre secretários de estado e ministros, neste caso também já houve situações de substituições nomeadamente devido à tragédia dos incêndios, a Ministra da administração interna, estamos a falar de 20 a 22 elementos entre secretários de estado e ministros, e isto é um lamento que aqui deixo porque estas associações deveriam ter única e simplesmente um único intuito de poder auxiliar aqueles que na vertente da segurança social são os mais necessitados deste país, e não haver as cumplicidades que existem entre o poder político na escolha de determinados cargos. Em termos locais, queria lamentar aqui a situação nomeadamente relacionada com uma das nossas coletividades que quanto a mim foi a sufrágio à pouco tempo e que mais uma vez na nossa freguesia algo que o meu partido em anos anteriores também era quanto a mim algo que não deveria ser tomado, que era o tentar instrumentalizar determinadas associações nos seus órgãos sociais, acho que isto na nossa freguesia não deveria acontecer nomeadamente o centro de recreio popular de São Félix da Marinha, acho que desta vez, mais uma vez, tentou-se de uma



Handwritten signature in blue ink.

forma camaleónica, no fundo que é partidarizar, dar um pouco de cor aos órgãos sociais de agrado com o atual executivo. Esse erro foi cometido também por parte do meu partido em anos anteriores, nomeadamente quando da indicação ou da delegação de determinados elementos para coletividade A ou coletividade B. Eu que estive em quase todas as associações desta terra, sei precisamente que isso não é neste momento, nem nunca foi, um método mais conveniente para a vigência e a saúde económico financeira e não só para o dia-a-dia dessas mesmas instituições. Quanto a mim mais uma vez ainda bem que os associados tomaram partido por aqueles que no entender dos mesmos associados são as pessoas que deverão desempenhar as funções no próximo mandato de 2 ou 3 anos, não estou a precisar. A minha palavra e o meu desagrado precisamente para que não se continue nas nossas associações locais a tentar instrumentalizarmos os órgãos sociais conforme o partido que está no executivo, as associações deverão ser apartidárias para que a forma como as mesmas desempenham as suas funções na sua área cultural, desportiva, recreativa ou de outra vertente seja totalmente concretizada sem que haja, digamos, ali uma certa vassalagem ao poder executivo, quer esse poder executivo seja laranja, vermelho, rosa ou de outra cor partidária.”-----

---**Tomou a palavra a Sra. Liliana Costa do PS** que no uso da mesma disse: “Antes de mais boa noite na pessoa do Sr. Presidente, cumprimentos a todos os presentes. Eduardo Vítor Rodrigues, presidente da Câmara do nosso concelho de Vila Nova de Gaia foi, no passado mês de novembro, eleito presidente do Conselho Metropolitano do Porto. Esta eleição é um reconhecimento das qualidades políticas e de gestão de Eduardo Vítor Rodrigues, possibilitando o desenvolvimento da área metropolitana, o alargamento das redes de transportes da STCP e Metro e uma melhoria da gestão do estacionamento nos centros das cidades e nas periferias. Este mandato, baseado numa política de descentralização, estará focado na defesa da criação das verdadeiras autarquias metropolitanas, com legitimidade eleitoral, competências próprias, recursos adequados e autonomia administrativa e financeira. Para além disso, este mandato terá uma gestão virada para o aproveitamento e redirecionamento do quadro comunitário para o desenvolvimento da efetiva rede de transportes. Por outro lado Mário Centeno, ministro das finanças do Partido Socialista, foi eleito pelos seus pares europeus como o novo presidente do Eurogrupo, o fórum de ministros das finanças da Zona Euro. Esta eleição é um reconhecimento da alternativa,



Handwritten signature and initials in blue ink.

assente no rigor, na inversão política de austeridade, na reanimação da economia e na recuperação dos rendimentos das famílias e de todos os portugueses. Assim, deu-se um reconhecimento tanto das qualidades pessoais de Mário Centeno como da credibilidade internacional de Portugal, nos domínios económico-financeiros. A bancada do Partido Socialista congratula e reconhece o excelente trabalho desenvolvido pelo vigésimo primeiro governo de Portugal na redução da dívida pública líquida, ficando abaixo do previsto, ao fixar-se nos 119% do PIB, e da própria dívida pública bruta que descerá dos 129% para os 126%. Após tantas invocações da vinda do Diabo ao longo do corrente ano de 2017, eis que chegados a Dezembro e o mesmo não apareceu. O plano económico deste governo, apelidado jocosamente por PSD e CDS de geringonça, tem vindo a demonstrar os seus resultados, desde a maior taxa de crescimento económico deste século (perto de 3%), à diminuição do desemprego (fixando-se neste momento em 8,9%), passando pelo mais baixo défice orçamental da história da nossa democracia, sendo inferior a 1,4% do PIB. Tudo isto só é possível quando as pessoas são olhadas como pessoas e não como números, quando se luta contra a precariedade no trabalho e se privilegia os rendimentos dos trabalhadores, como é exemplo o aumento do salário mínimo nacional para os 580€, e quando há um governo que governa pelo povo e para o povo!-----

---Em seguida **tomou a palavra o Sr. Luís Barroso do CDS-PP**: dirigiu os seus cumprimentos ao Sr. Presidente e à nova Junta ressem empossada incluindo os membros do executivo e demais membros presentes do PSD como do PS. Referiu que quem fez o comentário de “geringonça” não foi o PPD-PSD e CDS mas sim o Dr. Vasco Polido Valente. Refere ainda que a sua intervenção vem estritamente no âmbito local na área já referida pelo Sr. Luís Oliveira, não indo repetir-se e fazendo apenas umas indicações que pensa serem importantes e que não foram referidas. Na sua intervenção referiu-se quanto à questão já falada da melhoria do sistema de transportes, dizendo que pensa que isso é ou será uma realidade nomeadamente onde se encontra a Camara Municipal e perto da zona litoral, que sendo este o 3º conselho maior do país a nível de transportes é muito mal servido, no entanto gostaria e faz votos que quaisquer partidos que estejam a governar assim o faça, porque de momento temos uma extensão de uma linha e mais nada. Faz referencia ainda quanto à questão territorial, referindo que, uma vez que Junta e Camara são da mesma cor



nh
D

partidária espera que finalmente acertem e esquadrinhem os limites territoriais, quer de Arcozelo, quer de São Félix da Marinha, pois que agora, claramente cor-de-rosa a nível de cor partidária todo o mapa do conselho de Vila Nova de Gaia, acredita ser finalmente fácil corrigir as questões territoriais por não existirem quaisquer questões, tanto mais que, estamos a falar não só de uma questão reparticional, quer a nível de direitos que esta Junta de Freguesia merece na pessoa do Sr. Presidente e de todos os São Félix Marinhenses, como também que seja reconhecido finalmente que temos mais habitantes que Arcozelo e que nos foi retirado o justo valor merecido não só por Km quadrado mas por habitante, devendo isso ser finalmente corrigido. Terminou fazendo votos que este executivo tenha os melhores possíveis resultados e êxitos a nível de mais bem feitorias para a nossa freguesia.-----

--- **Tomou a palavra a Sra. Mónica Almeida** do PS: dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes, referindo que não era para falar mas que se sentiu inspirada pelas intervenções antecedentes e que lhe veio à memória o caso Tecnofarma, tão falado em Portugal, que na altura foi falado e apesar da Comissão Europeia concluir que houve graves irregularidades na gestão de fundos europeus por parte dessa empresa de Passos Coelho, no entanto nada aconteceu a nível de demissões nem de acusações por parte do PS, de facto aquilo que se tem ouvido falar no caso Raríssimas é grave mas no entanto ainda nada foi provado ao contrário do que aconteceu com a Tecnofarma, vamos esperar para ver aquilo que daqui resulta. Por fim, coloca questão à mesa, pois pensa que no período antes da ordem do dia as intervenções não têm direito de resposta e pareceu-lhe que o Sr. Luís Barbosa veio responder à intervenção da Liliana Costa, solicitando assim mais atenção quanto a isso. -----

---Após todos os inscritos terem falado **tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto Presidente da Junta**: cumprimentou os presentes e deu os parabéns a todos os elementos que foram eleitos para esta assembleia de freguesia e executivo, que tenhamos quatro anos bem positivos e que as coisas corram pelo melhor, desejando felicidades a todos. Em relação à questão levantada pelo Sr. Luís Oliveira em face ao CRP/ao rancho, pensa que este “meteu o pé na poça” pois os elementos deste executivo nunca estiveram ligados a coletividade nenhuma, nunca ninguém tentou “tomar nada de assalto”, lamentado a opinião do Sr. Luís Oliveira que está inserido em todas as coletividades da freguesia, crendo que não deve



Handwritten signature and initials in blue ink.

estar em falta em nenhuma à exceção do rancho, no entanto frisa que dos elementos do executivo, com exceção do Sr. Alfredo Sousa, nenhum está inserido em qualquer coletividade. O PS não está, ao contrário de outros partidos, metido nas coletividades e também não tem necessidade disso, pois sem estar envolvido nessas coletividades demonstrou o que tinha que fazer e está feito. Frisou mais uma vez ainda que não está metido em coletividades e que o Sr. Luís Oliveira fora afastado o Clube de Futebol de S.F.M. mas que “a vida é assim, sobra para todos e gostava que não pensa-se da forma que pensou porque o ditado é antigo só fala quem tem que se lhe diga e como eu não tenho nada que me diga a mim não vou falar, vou comentar calado”. Em relação à intervenção do Sr. Luís Barroso o Sr. Presidente da Junta dá os parabéns na forma como atuou sobre a questão dos limites, também sendo apologista que isso ande para a frente, mas também é apologista que à outras situações a resolver, só lamentando bastante que o Sr. Luís Barroso não tenha pensado nisso à 12 anos atrás e que se não estava nesta freguesia devia ter vindo mais cedo, pois tem direito a reivindicar mas também devia pensar que o seu partido esteve aqui 12 anos e não se mexeu e portanto não pretende dar mais resposta sobre isso, sendo que quando a autarquia entender que deve mexer nos limites tem poderes para o poder resolver e até se quiser, e se possível criar uma comissão como já existiu e ficou parada e que o Sr. Luís Barroso deveria estar informado da sua existência pois da mesma fez parte alguém ligado ao CDS-PP e essa comissão ficou a meio.-----

---Tomou a palavra o Sr. António Almeida, Secretário da Junta de Freguesia: dirigiu os seus cumprimentos ao Sr. Presidente e aos demais presentes, seguindo-se breves comentários em relação aos discursos antecedentes. No que concerne à instrumentalização do CRP expressa a sua opinião dizendo, e passa-se a citar, que “acho que qualquer sócio que tenha as quotas em dia na coletividade pode se candidatar ou votar, não pode é se não tiver as quotas em dia, estando em dia pode.” Dirigiu ainda uma palavra de apelo quanto ao discurso da Liliana Costa em relação à eleição do Sr. Presidente da Câmara de Gaia porque é no seu entender uma mais valia para a área metropolitana o Presidente da Câmara de Gaia estar à frente da área metropolitana, e do Ministro das Finanças pela sua eleição para o Conselho Europeu. Quanto à questão dos limites pensa que o Sr. Presidente já respondeu, sendo da opinião que já chega porque



Handwritten signature and initials in purple ink.

efetivamente a determinada altura esteve nesta assembleia quase a falar sozinho e por isso abstêm-se de fazer qualquer tipo de comentário.-----

--- Seguidamente foi pelo **Sr. Luís Oliveira** pedida a **palavra para “defesa de honra”** tendo a mesma lhe sido concedida pelo Presidente da mesa de Assembleia. No uso da mesma chamou atenção ao Presidente da Assembleia para o facto de ainda estar sobre vigência o regimento anterior e que o que a companheira de bancada do partido socialista disse, e muito bem, das intervenções de índole político deveria ter sido feita não de uma bancada para a outra mas por parte da mesa da assembleia.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Presidenta da Assembleia** dizendo que daqui para a frente irá ser mais “exigente, mais duro e direto nas intervenções que fizerem” e que o **Sr. Luís Oliveira** pode fazer o reparo, no entanto não tesse comentários quanto a outros elementos.-----

--- **Tomou novamente a palavra o Sr. Luís Oliveira** dizendo que o direito que lhe assiste naquele plenário é exprimir as suas ideias e o Sr. Presidente deve aceita-las, acata-las, corrigi-las, chamar a atenção. Referiu ainda que a situação que aconteceu que deve ser corrigido e que não deverá continuar a expandir-se em outras sessões ordinárias e extraordinárias que possam acontecer. No que diz respeito ao seu afastamento do Clube de Futebol de São Félix da Marinha o mesmo referiu, dirigindo-se ao Sr. Presidente Carlos Pinto, que não tinha sido afastado, que estivera lá 23 anos e sempre disse que quando existisse uma direção fosse que direção fosse então se afastaria, pelo que não foi afastado, dizendo ainda que está em todas as associações mas como associado porque nos órgãos sociais já esteve em 6 ou 7 mas agora só está em duas, não pressupondo que as pessoas por fazerem parte de um executivo tentem influenciar as escolhas dos associados para os órgão sociais e não devemos andar aqui a esconder a cabeça na areia porque sabemos perfeitamente o que aconteceu nomeadamente com o Clube de Futebol em que o Presidente da direção em vários locais públicos assumiu que o Sr. Carlos Pinto como Presidente da Junta não fazia parte dos órgãos diretivos mas que tinha indicado elementos para aquela direção, sendo um direito que lhe assiste. Não devemos instrumentalizar toda e qualquer associação enquanto coletividade da nossa terra, é um erro que já foi cometido



por executivos anteriores nomeadamente da “minha cor partidária”. Por isso repete mais uma vez que “não fui afastado, saí de cabeça limpa, agora devemos honrar quem na realidade os associados escolhem”.-----

---**Tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto**, Presidente da Junta, que para dar como encerrada a questão admite ter-se expressado um bocadinho mal ao empregar as palavras “foi afastado”, pelo que pede desculpas, mas em face ao restante afirma que nunca ninguém do executivo, nele se incluindo, tentou intervir no Clube de Futebol de São Félix da Marinha e que se quisesse estava nos órgãos do clube mas não quis porque defende que “quem está num lugar não pode estar em vinte ou trinta pois vai falhar em todos os lados” e como não pretende falhar só está no lugar que está.-----

-----2. Período de Intervenção do Público.-----

---Inscreveu-se os Senhores Carlos Silva e João Rouxinol.-----

---**Tomou a palavra o Sr. Carlos Silva** que no uso desta começou por cumprimentar os presentes, dando uma saudação em nome da CDU aos candidatos vencedores das últimas eleições. Lamentou que tudo o que se debate nesta freguesia seja à base do ataque político e não dos interesses reais da freguesia. Focou a situação da rede viária da freguesia de São Félix da Marinha, dando enfoque para o caos em que a mesma se encontra e para a falta de passeios, dando como exemplo a caso da Rua Oliva Teles. Referir também que a nossa freguesia se encontra com um problema quanto ao ordenamento dos sentidos de trânsito como acontece, por exemplo, na Rua Dr. Gil Alcoforada que deveria ter um sentido inverso para evitar voltas desnecessárias aos moradores desta zona e a rua dos correios. Para terminar questionou se existe algum plano de reabilitação para as ruas da freguesia que se encontram em mau estado e que medidas vão ser tomadas para solucionar os problemas de ordenamento do sentido de trânsito nos casos indicados?-----

---**Tomou a palavra o Sr. João Rouxinol** que começou por cumprimentar todos os presentes, mesa da assembleia na pessoa do Sr. Presidente, elementos constituintes da Junta na pessoa do Sr. Presidentes e os grupos parlamentares aqui presentes. Iniciou dizendo que esta era a primeira vez que intervinha numa assembleia desta freguesia, pois só há meio ano reside nesta freguesia portanto não tem conhecimento de muitos dos



Handwritten signature and initials in blue ink.

problemas da freguesia. Nesta sua intervenção apelou à Junta de São Félix da Marinha e à Camara de Gaia apoios aos movimentos associativos populares, pretendendo que o movimento associativo popular não seja alvo de manipulações e ou tentativas de tomadas de assalto ou de tentativas de intervenções em demasia nesses mesmos movimentos associativos, pelo contrário estes devem reger-se dentro de critérios rigorosos e transparentes para que não haja desequilíbrios nem aproveitamentos.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Presidente de Junta, Sr. Carlos Pinto** que começou por responder ao Sr. Carlos Silva informando que quanto à Rua Oliva Teles o projeto está em andamento e está para breve, sendo uma situação que vai ser resolvida brevemente e que já existe um pedido formalizado à muito tempo, adiantando ainda que já foram entregues à Camara algumas cadernetas de alguns habitantes que têm os muros fora da rua para ver o espaço que vão ceder. Quanto à Rua Conde Burnay e à Rua Gil Alcoforado informou que já teve uma serie de reuniões, a engenheira responsável pelo setor da sinalização esteve no local e está a estudar o assunto, a autarquia está farta de formular pedidos mas é necessário aguardar. No que concerne às restantes ruas da freguesia pelo presidente de junta foi dito que tomara fazer 500 ruas de imediato se a junta tivesse dinheiro para isso, no entanto o dinheiro na Camara não abunda e na Junta idem, tem noção do que está mau mas isto já vem de trás só podendo agir mediante as verbas que há pedindo paciência. Por fim dirigiu umas breves palavras ao Sr. João Rouxinol dizendo que está plenamente de acordo no que se refere à sua intervenção sobre coletividades, no entanto é sabido que normalmente todos os elementos afetos à política passam por associações e coletividades.-----

----- 3. Período da Ordem do Dia-----

-----3.1. Apresentação, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2017-2021.-----

--- Para discussão do presente ponto inscreveram-se o Sr. Manuel Ribeiro (PSD) e a Sra. Mónica Almeida (PS).-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Manuel Ribeiro**, que começou por dirigir os seus cumprimentos à mesa, ao executivo, colegas de bancada e demais público. Seguidamente referiu que no dia



ML
A

25 de Novembro tinha havido uma reunião preparatória para se tentar chegar a um acordo quanto à proposta de regimento e que entretanto depois de lido e analisado o projeto de regimento pela bancada do PSD, existem algumas questões que ainda necessitavam de ser aclaradas. Quanto ao artigo 15º concordam em que o seguro de acidentes pessoais da Assembleia de Freguesia seja retirado tendo em atenção que reconhecem a sua dificuldade de adaptação e como, com exceção ao ano de 2002, nunca mais foi aplicado não vêm problema a sua retirada. Referiu ainda que quanto à alteração ao artigo 16º concordam com a questão da não comparência à reunião até 45 minutos e que no que concerne ao artigo 17º, alínea n) faltava incluir o que é o título V, devendo a redação deste mesmo artigo ser a seguinte: “Autorizar a freguesia a constituir as associações previstas no título V da Lei 75/2013 de 12 de Setembro”, pois que sem este remate final não se sabe o que é o título V. Mais referiu que o artigo 35º havia sido completamente alterado à posteriori da reunião preparatório e que o regimento em vigor à presente data não se encontra assim redigido, pois que onde se encontra mencionado “presidente da junta” deveria estar “presidente da Assembleia” e onde se encontra redigido “membros da junta” deveria constar “membros da Assembleia”, sendo que para além disso deveria ser acrescentado no final ponto 5 desse mesmo artigo “requerimento previsto n nº1 do artigo 34º”. Ainda passou a referir que na opinião da bancada do PSD, e apesar de não ser grave, os artigos 40º e 41º deve constar repartido os tempos e não falar-se na Coligação Gaia de Nova, devendo antes constar para o PS 36 minutos, PSD 12 minutos e CDS 4 minutos. Quanto ao artigo 42º, no que diz respeito ao início da reunião para as 21:15, a alteração encontra-se conforme o acordado, porém quanto ao artigo 44º refere terem ficado com dúvidas se a proposta dirigida pela bancada do PSD teria sido aceite ou não, parecendo que a alteração proposta para a alínea d) não terá sido aceite, pois que, e não obstante terem concordado em baixar o tempo de 15 min para 10 min, estando dispostos a baixar até para 5 minutos, tinha solicitado que fosse retirada a ultima parte do texto da alínea em crise e que o texto fosse retificado e passasse a constar mais ou menos o seguinte: “ A pedido de cada Grupo Parlamentar e por um período não superior a 10 min, o qual não poderá ser recusado, e por cada ponto da ordem de trabalhos”. Explicou ainda o Sr. Manuel Ribeiro o intuito de tal alteração referindo que da forma como está escrito se pedir uma vez não se pode pedir mais nenhuma vez e no entanto as assembleias continuam e depois podemos ter outro



PL
A

ponto da ordem de trabalho em que surjam divergências e não podemos, por exemplo, discutir o sentido de voto, pelo que não vê até qualquer problema em se encurtar o tempo para 5 minutos. Por fim referiu que quanto ao artigo 54º também não tinha sido atendida a pretensão da bancada do PSD que era que ficasse preto no branco a relação da escolha dos elementos que fariam representar o partido nas representações ou deputações da Assembleia de Freguesia, para que essas escolhas não ficassem sujeitas ao livre arbítrio e às condições menos claras de um qualquer executivo, tendo referido que a sua proposta quanto à redação do mencionada artigo seria mais ou menos a seguinte:” As representações e deputações da Assembleia de Freguesia devem integrar um elemento de cada partido ou coligação de partidos, salvo recusa expressa de qualquer um deles, a escolha desse elemento caberá ao partido ou coligação de partido de entre os seus elementos em exercício de funções”. Terminando assim a sua intervenção e aguardando indicações quanto ao por si referido.-----

--- Seguidamente **tomou a palavra a Sra. Mónica Almeida**, que referenciou que em relação ao regimento de facto existiu uma reunião de lideres na qual esteve presente em representação da bancada do PS e na qual foram falados/discutidos diversos pontos e um deles que suscitou um bocadinho mais de discussão fora exatamente o artigo 54º que ficaram de ver se em alguma coisa poderia chocar com a lei principal em vigência. Referiu também que posterior a essa mesma reunião entregou à mesa da Assembleia as alterações faladas, para que pudessem ser feitas e analisadas essas mesmas alterações para que não se entra-se em choque com a lei. No que concerne ao artigo 54º crê que depois de reunidos sobre a questão o que ficou falado é que as questões que tinham abordado nessa reunião de lideres em nada tinha a ver com esta questão das representações e deputações, uma vez que uma das situações que foi colocada foram as presenças no passeio da 3ª idade e isso não é uma representação e ou deputação da Assembleia de Freguesia, é um convite que é feito pela Junta de Freguesia que por acaso engloba os membros da Assembleia de Freguesia sem caracter obrigatório e portanto em nada vai a uma representação ou deputação e, portanto, o artigo 54º ficou com esta redação porque não ia ao encontro com aquilo que tinha sido discutido uma vez que não eram assuntos que se pusesse em causa



Handwritten signature/initials in blue ink.

este mesmo artigo.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia**, declarando que em relação ao artigo 35º estaríamos perante um problema de nexo de substituição porque realmente é a assembleia e o presidente da assembleia de freguesia, e portanto houve aqui qualquer coisa que correu mal na datilografia do artigo em causa, pelo que não vê qualquer objeção quanto à correção do mesmo. Em relação ao artigo 54º corrobora com a explicação dada pela Sra. Mónica Almeida, acrescentando que a mesa da assembleia entende que este artigo é para representação da Assembleia de Freguesia em atos que a Assembleia de Freguesia se tenha que representar, entendendo-se que um passeio da 3ª idade não tem que ter representação da Assembleia de Freguesia, tem que ter representação de elementos de partidos que podem integrar ou não a Assembleia de Freguesia, podendo ser convidados elementos dos partidos e é por isso que se manteve a redação do artigo. Quanto ao artigo 44º alínea d) entende fazer-se a alteração pretendida pelo tempo de 5 minutos e por isso poder-se fazer a alteração a este ponto, propondo passar a constar a seguinte redação: “A pedido de cada Grupo Parlamentar por um período não superior a 5 minutos, uma única vez por cada ponto da ordem de trabalhos, o qual não poderá ser recusado caso esse mesmo Grupo Parlamentar não tiver usado já desse direito nesse mesmo ponto da ordem de trabalhos”. -----

--- Tal alteração ao artigo 44º foi considerado pacífica por todas as bancadas presentes na presente Assembleia de Freguesia.-----

--- No seguimento de intervenção do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, o **Sr. Manuel Ribeiro solicitou intervenção**, a qual foi concedida, e no uso da palavra referiu entender a explicação dada relativamente ao artigo 54º não deixando de ser verdade, sendo que era esse o entendimento da Junta, que quando se convida, por exemplo para a participação no passeio da 3ª idade, é uma representação do partido na Assembleia de Freguesia porque não existe outra justificação para convidar, mas dá de barato a justificação apresentada e aceita-a plenamente, no entanto não “caia o carmo e a trindade” se o texto fosse alterado. Assim sendo referiu que se as alterações forem feitas, e



11/1
25

apelando à boa vontade da Junta de Freguesia para que os serviços façam as retificações e depois façam chegar o documento final, o PSD e o CDS votarão a favor do regimento, pois que colocaram a hipótese de não votar favoravelmente mas uma vez que parece haver consenso irão votar favoravelmente. Ainda relativamente ao seguro foi solicitado que, independentemente de ter sido decidido tirar o seguro do regimento, questionar, enquanto órgão, a ANAFRE se existem exemplos de realização de seguros para autarcas da Assembleia de Freguesia e em que contextos são realizáveis, e até saber se não se estará a entrar em incumprimento, prevenindo-se assim a situação de no futuro algum dos autarcas da Assembleia de Freguesia ter um acidente e querer acionar o direito de proteção em caso de acidente conforme diz o Estatuto do eleito local e a Junta de Freguesia saber como deverá reagir.-----

---Tomou a palavra o **Sr. António Almeida** (Secretário da Junta de Freguesia) apenas para esclarecer duas questões suscitadas. Primeiramente garantiu que será feita a correção ao Regimento e que essa correção será entregue antes da próxima assembleia. Em relação ao seguro apesar de ser tirado do Regimento a lei sobrepõe-se e como tal ter ou não no regimento quase que é a mesma coisa. -----

Posto a votação o ponto 3.1 da ordem de trabalhos foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- 3.2. Apresentação, discussão e votação da Tabela de Taxas (Secretaria e Cemitério) para o ano de 2018.-----

--- Para a discussão do presente ponto inscreveram-se os senhores Luís Oliveira (PSD); Luís Barroso (CDS); Manuel Ribeiro (PSD) e a Sra. Mónica Almeida (PS).-----

---Tomou a palavra o **Sr. Manuel Ribeiro (PSD)** para colocar a questão se os documentos referentes ao ponto 3.2 que iria ser discutido seriam votados em conjunto ou em separado.-----

--- Em resposta à questão colocada no uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** referiu que seriam discutidos e votados em conjunto, no entanto ter-se-ia de ver como corria a discussão mas o que o ponto em questão diz é que os mesmos devem ser



NH
Ⓟ

discutidos e votados em conjunto.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. António Almeida** (Secretário da Junta de Freguesia) para fazer breves esclarecimentos quanto ao ponto em discussão, referindo que, como os membros da assembleia deveriam ter reparado, na parte respeitante à Tabela de Taxas da Secretaria não existiu qualquer alteração em relação ao que anteriormente se vinha a aplicar. Em relação à Tabela de Taxas do Cemitério existiam umas alterações, que embora significativas não fugiam à realidade que rodeia a freguesia, sendo a primeira em relação aos ossários que mesmo assim ficará aquém de todas as outras freguesias das proximidades e o que se propunha para futuro é que todas as freguesias de Gaia tenham mais ou menos o mesmo tipo de taxas. Referiu também a criação de uma taxa que estava desaparecida, que diz respeito à colocação de floreiras ou lápides (covatos, jazigos e ossários) e que sabendo ser um número quase irrisório acham que a mesma deve ser aplicada. Mencionou também a criação de taxas do levantamento de cinzas e colocação de cinzas em espaços próprios e colocação de cinzas em ossários que também não existia e praticamente é uma coisa que tem vindo a dar muito trabalho e que aumentou muito o número de cadáveres que são incinerados e portanto a necessidade da criação dessa taxa. Sendo que foram essas as alterações às tabelas em discussão. -----

----- **Tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto** (Presidente da Junta de Freguesia) que referiu que em relação ao ponto 1.9 da Tabela de Taxas de Cemitério (colocação de cinzas em espaço próprio (não recenseados na freguesia)) se estaria a tentar criar uma “situação” que sendo uma ideia própria esta seria dirigida às pessoas não recenseadas na freguesia que tendo necessidade de depositar as cinzas em qualquer lado, a ideia era num espaço que existe ajardinado e com uma broca própria colocar as cinzas nesse local e assim não só era uma forma de rentabilidade como também dar a hipótese aos de fora da freguesia resolverem o problema da colocação das cinzas e da sua proibição de colocação em certos espaços como por exemplo no mar, etc.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Oliveira** (PSD) que no uso da mesma colocou novamente a questão quanto à votação das taxas explicando que, assim como o seu colega de bancada colocou a questão, a mesma surge porque a intenção de voto relativamente às taxas se secretaria e de cemitério será distinta/diferente da parte da sua bancada e por isso ter



lh
A

levantado a questão em causa. Seguidamente referiu que comparando em relação ao ano de 2017 a questão que coloca é a questão da colocação de cinzas em ossário, estando aqui previsto o pagamento de 50€ (ponto 1.7), tendo em conta que a aquisição do uso do ossário passará, e quanto a isso não discordam, de 150€ para 200€ (ponto 4.1), mas em contrapartida numa questão de equivalência já não concordam que depois de se adquirir e pagar o uso desse mesmo ossário a pessoa que o adquiriu tenha que pagar para colocar as cinzas, ou seja, para abrir e colocar as cinzas no devido ossário, pois é algo que não vai ter por parte da Junta de Freguesia prestação de serviços, é algo que será feito pela pessoa que adquiriu. Outra situação diferente é o levantamento das cinzas para o exterior do cemitério e aí já concordariam com o pagamento de 50€. Referiu ainda, tendo em atenção às declarações prestadas pelo Presidente da Junta no ponto prévio de antecipação à questão das taxas e quando este disse que era proibido a colocação de cinzas em certos locais, que acha que não se trata de uma questão de ser proibido, aquilo que é em termos de catolicismo o vaticano e o conclave do vaticano exprime para o exterior é que a forma como tem sido colocadas as cinzas em certos locais do seu ponto de vista é que não concordam, não querendo dizer que a lei civil concorde ou proíba, pelo que não existe uma proibição e uma vez que o Sr. Presidente já esclareceu a questão dos pontos 1.8 e 1.9 que iria ser uma questão por si colocada já não será mesma colocada. Por fim, colocou a questão quanto ao ponto 6.9 (colocação de floreiras ou lápides (covatos, jazigos e ossários)) das taxas de cemitérios, tendo em conta que essa mesma taxa já existira em tempos mas foi retirada, de que forma o mesmo será aplicado, ou seja, de que forma será fiscalizada a colocação das floreiras existentes e das colocadas a posteriori e quem o irá fazer por parte do executivo, reconhecendo ainda que em termos de tesouraria é uma mais-valia mas que gostaria de esclarecimentos quanto à forma de execução de tal medida.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Barroso (CDS-PP)** que iniciou a sua intervenção referindo que a questão base que tem premente é a colocação de floreiras ou lápides colocada pelo Sr. Luís Oliveira na sua intervenção e a questão aqui é distinguir como é que isso será fiscalizado, qual o critério, é por um chapa, o que é que é? No que diz respeito à questão já referida quanto aos ossários e ao aumento de 50€ pensa que aqui não existe qualquer distinção no entanto refere que a lei geral, e passando para o ponto 1.9 da tabela de taxas



NH
A

de cemitério, o que a lei geral indica é que pode haver um agravamento até 100% portanto aqui “pode dar-se de barato” o agravamento de 20€. Por fim referiu ainda que o CDS tem posições distintas quanto as tabelas de taxas em discussão e se possível solicitava a cisão dos pontos, pois de outra forma terão uma posição diferente.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta)** que no uso da palavra veio responder às questões colocadas pelos intervenientes da bancada do PPD-PSD e CDS-PP. Em face à questão das cinzas do ossário e a colocação delas referiu que todas as autarquias deste conselho estão a levar essas taxas, sendo certo que as taxas não são todas iguais, mas vai-se começar a taxar mais ou menos por igual dentro do conselho. Na taxa do ossário aumentou-se 50€ passando assim para 200€, sendo fácil de explicar o aumento, pois que, seja em que executivo for quando alguém quer colocar as ditas cinzas vai ter de se deslocar à Junta para que fique lá registado e com isso à uma perca de tempo do funcionário que faz o registo e uma perca de tempo do funcionário que ficará à espera que chegue as cinzas para ser colocadas no ossário e todos esses serviços têm de ser pagos. O funcionário vai ter de tirar a tampa, limpar o ossário e isto será uma forma de compensar a mão-de-obra despendida. Mais acrescentou que a pessoa que compra está 30 ou 50 anos sem pagar uma única taxa mas no entanto é preciso cuidar, neste caso do ossário, e esta taxa é uma forma de compensar essa manutenção. O Sr. Presidente da Junta fez ainda referência à situação de quem tem Jazigos próprios nesta freguesia e que nunca pagaram um centavo à autarquia, não estando ainda nenhuma taxa pensada para essas situações mas que será um caso a pensar para futuro, pois que esses proprietários gastam água e beneficiam da manutenção do espaço envolvente feita pelo coveiro, sendo a aplicação de uma taxa nessas situações uma forma de rentabilizar. Quanto à questão levantada pelos intervenientes acerca da taxa a aplicar quanto à colocação de floreiras e lápides foi por este referido que no tempo do PS toda a gente pagava uma taxa de um conto de rei, no entanto quando entrou o PSD, porque na altura havia um bocado de dinheiro, acabou-se com essa taxa, porém afirma ser da opinião que se deve pagar tal taxa. No que concerne ao tema do espaço ajardinado para colocação de cinzas, e se tal situação for avante, esses espaço será junto ao mausoléu, não custando nada fazer um furo com uma broca própria colocando-se as cinzas nesse local e colocando-se por cima relva que depois facilmente se



PLH
A

passa a máquina. Por fim quanto à fiscalização das floreiras referiu que tal será feito pelo coveiro que está no cemitério. -----

--- No seguimento das explicações dadas pelo Executivo. Mais concretamente pelo Sr. Presidente da Junta Carlos Pinto, foi solicitado pelo **Sr. Manuel Ribeiro (PPD-PSD)** a **palavra** para fazer um reparo/ um ponto de honra quanto às declarações prestadas e onde é afluído o nome do executivo que retirou a taxa da colocação de floreiras do qual fazia parte, sendo a mesma concedida. Assim no uso da palavra foi por este dito o executivo que retirou a taxa da colocação de floreiras e lápides no cemitério foi o executivo que ganhou as eleições em 2001 e retirou-a porque a realidade que existia na altura, e será aquela que irá continuar a acontecer no seu ponto de vista, era que não havia controlo, pois que qualquer um colocava ou retirava floreiras e lápides dos seus jazigos sem haver um controle efetivo e às vezes o controle efetivo existia sobre aquelas pessoas que o coveiro não gostava e foi por essa razão que o executivo na altura disse que mais valia não taxar aquilo que praticamente não dava rendimento nenhum à Junta porque o controle efetivo era feito por uma pessoa que na altura não tinha capacidade física e até moral para fazer esse controle. Refere ainda que até ao momento ainda não foi respondido como é que esse controle vai ser feito apenas sendo referido que será da responsabilidade do coveiro, não acreditando que vá ser um controle eficaz.-----

--- Tomou a palavra a **Sra. Mónica Almeida (PS)** que referiu que quando se falava da questão das floreiras surgiu, na bancada do PS, a ideia da colocação de etiquetas tipo código de barras, fazer-se um inventário, sendo que isso obviamente pode sair com a água e descolar mas existiram outros métodos, sendo este uma forma de fiscalizar.-----

---Por fim, tomou a palavra o **Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta)** dizendo concordar plenamente com o que foi dito pelo Sr. Manuel Ribeiro e que efetivamente pode acontecer isso mas quanto às floreiras encontra-se um bocado mais a leste porque as pessoas levam e trazem as floreiras fazendo os arranjos em caso e por isso acha que isso não vai dar em nada, quanto às lápides e candeeiros será mais fácil de verificar.-----



12-1
A

--- Antes de se ter procedido à votação o **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** informou as bancadas que conforme solicitado pelas bancadas do PPD-PSD e CDS-PP a votação iria ser feita separadamente porque efetivamente são dois documentos, procedendo-se primeiramente à votação das taxas, licenças e serviços 2018 de secretaria e depois às taxas, licenças e serviços 2018 de cemitério.-----

Passou-se à votação do ponto 3.2 da ordem de trabalhos, tendo-se obtido o seguinte resultado:-

--Taxas, licenças e serviços de Secretaria 2018: Aprovado por unanimidade.-----

--Taxas, licenças e serviços de Cemitério 2018: 4 votos contra (PPD-PSD 3 votos, CDS-PP 1 voto) e 9 votos a favor (PS 9votos).-----

--- Antes de se proceder à discussão do ponto seguinte da ordem de trabalhos foi proposto pelo **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** que se procedesse em conjunto à discussão dos pontos 3.3, 3.4 e 3.5 da ordem de trabalhos, não tendo existido objeções, pelo que foi considerado aceite a discussão dos pontos em causa nesses moldes.-----

----- 3.3. Solicitação de autorização para a Junta assumir compromissos, de que resultem encargos financeiros repartidos por vários anos económicos, em conformidade com as Grandes Opções do Plano.-----

----- 3.4. Solicitação de autorização para a Junta poder celebrar contratos de delegação de competências e de acordos de execução com o Município de Vila Nova de Gaia, bem como a respetiva resolução e, em casos de delegação de competências, a sua revogação (art.º9 alínea g da Lei 75/2013).-----

----- 3.5. Solicitação de autorização para que a Junta possa celebrar contratos com Instituições Públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição da Freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da Freguesia e se salvaguarda a sua utilização pela Comunidade Social



Handwritten signature in blue ink.

(art.º9 alínea i da Lei 75/2013).-----

--- **Tomou a palavra o Sr. António Almeida** (Secretário da Junta de Freguesia) para fazer breves esclarecimentos quanto ao ponto em discussão, referindo que o 1º documento é para se a Junta tiver necessidade de fazer aquisição de qualquer bem que ultrapasse o mandato, por exemplo a compra de um camião, de um trator é para isso a autorização, embora nas alturas próprias se tenha que voltar com estes pedidos à assembleia porque isto tem que passar pelo tribunal de contas atualmente mas de qualquer forma solicita-se esta autorização para estas situações. Quanto ao 2º documento referiu ser referente a autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos com o Município de Vila Nova de Gaia, pois é impossível e ingovernável que de cada vez que houvesse um protocolo tivéssemos que fazer uma assembleia, porem assumiu o compromisso de que posteriormente todos estes assuntos serão trazidos a assembleia. Por fim, a outra situação refere-se às instituições e coletividades que usufruam de algum espaço da freguesia, e não só, em que a freguesia tenha acordos com eles, os tais protocolos a fazer com essas coletividades sem que para isso se tenha que constantemente pedir uma assembleia extraordinária. Frisou mais uma vez que sempre que essas situações acontecerem a Junta compromete-se na assembleia seguinte, ou antes se for possível, comunicar à assembleia aquilo que se passou.-----

--- Não houve inscrições passando-se de imediato à votação de cada um dos pontos em crise, tendo o Presidente da Assembleia de Freguesia procedido à leitura dos documentos onde são solicitadas as respetivas autorizações, onde se obteve o seguinte resultado:-----

Ponto 3.3 da ordem de trabalhos: 4 votos contra (3 votos do PPD-PSD; 1 voto do CDS-PP) e 9 votos a favor (PS 9 votos);-----

Ponto 3.4 da ordem de trabalhos: 4 votos contra (3 votos do PPD-PSD; 1 voto CDS-PP) e 9 votos a favor (PS 9 votos);-----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Ponto 3.5 da ordem de trabalhos: 4 votos contra (3 votos do PPD-PSD; 1 voto CDS-PP) e 9 votos a favor (PS 9 votos).-----

--- Finda a votação foi solicitado à mesa da assembleia duas declarações de voto, uma pelo Sr. Luís Barroso (CDS-PP) e outra pelo Sr. Manuel Ribeiro (PPD-PSD).-----

---**Declaração de Voto do Sr. Luís Barroso (CDS-PP):** na sua declaração de voto este referiu que a intenção do CDS-PP em votar contra não é votar contra para obstaculizar a Junta, a questão prende-se com a indicação das grandes opções do plano que conforme se encontra inscrito e explicitamente vincado é uma janela em branco, não se sabendo o que é que é, é um cheque em branco, uma via-verde, “tanto mais quer finda estas eleições e empossada ou reempossada esta nova Junta, no fundo não temos além de indicações de por exemplo coisas que são da Camara que vai acontecer ali na Oliva Teles e outras coisas que sabemos que estarão consequentes conforme indicações do Sr. Presidente da Camara mas mais não sabemos e quanto a dar luz verde a todos e qualquer acordos a troco de toda e qualquer possibilidade por uma questão de mais transparência pelo conhecimento dos membros da assembleia de novos protocolos que existam, se é apenas simplesmente uma renovação dos existentes ou não.”-----

---**Declaração de Voto do Sr. Manuel Ribeiro (PPD-PSD):** na sua declaração de voto este referiu, e passa-se a citar, que “ a bancada do PSD votou contra estes pedidos de autorização porque isto vem contra o principal objetivo do legislador de fazer a Lei 75/2013, não sendo por acaso que o legislador colocou na lei como uma das principais competências da Assembleia de Freguesia, relativamente às competências de apreciação e fiscalização, assim como não se esqueceu das competências da Junta de Freguesia ao elaborar a lei.” Referindo e lendo a lei concluiu que as propostas objeto destas autorizações devem ser submetidas a Assembleia de Freguesia para autorização e portanto, com o dever e o sentido de oposição e fiscalização a bancada o PPD-PSD não poderia passar um cheque em branco neste sentido sem se lembrar que a lei e o legislador tem como principal objetivo que os autarcas tenham conhecimento das coisas antes e não depois. Por fim referiu que o discurso do Sr. Secretário da Junta de Freguesia é um discurso que todos os anos se repete, no entanto depois na prática passa-se o ano e não chega



NL
A

nenhuma cópia a nenhuma bancada dos protocolos de competência feitos, ou seja, tudo passa sem que a Assembleia de Freguesia tenha o seu devido conhecimento.-----

----- **3.6 Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018.**-----

---Tomou a palavra o Sr. António Almeida (Secretário da Junta de Freguesia) para fazer breves esclarecimentos quanto ao ponto em discussão, referindo que o documento apresentado é um documento de intenções, com uma previsão daquilo que se pode vir a fazer, dependendo sempre dos recursos materiais que se tenha sendo certo que eles podem ser aumentados ou até mesmo não chegarem, acreditando que isso não acontecerá. É um documento sério com aquilo que este executivo acha ser possível e não vai mais longe porque esta Junta tem compromissos, infelizmente, ainda para resolver que vêm de trás e que continuarão a existir pelo menos mais este ano. Refere que poderiam ter feito um documento que desse um âmbito diferente e mostra-se coisas que depois não se iria fazer e provavelmente toda a gente ficaria satisfeita, mas não o fazem por acharem que jogar dentro da realidade é o melhor a fazer. Quanto à parte referente ao investimento, na parte de despesas de capital, receitas e despesas de capital refere que as verbas aí colocadas são pequenas, são verbas com que em principio se irá contar, mas mesmo assim quase que aposta que irão fazer mais uns “biscates”, que irão avançar com algumas obras daquelas que se vão fazendo e que a população reconheceu nas eleições de Outubro. Afirma terem a consciência que não é possível empolar uma situação que depois não se pode controlar e mentir é aquilo que este executivo não quer fazer, por isso o plano apresentado é realista e é com ele que se irá trabalhar. Por fim remete a apresentação em perspetiva de números para o colega de executivo Rui Sousa que irá fazer algumas considerações sobre o mesmo.-----

--- Tomou a palavras o Sr. Rui Sousa (Vogal da Junta de Freguesia) que antes de mais dirigiu os seus cumprimentos aos presentes, passando em seguida a breves esclarecimentos quanto ao documento com referência ao ponto 3.6 da ordem de trabalhos. Para tanto referiu que esse documentos compõe uma previsão dos valores que que irão ser arrecadados e consequentemente como irão ser gastos. Referiu que este executivo vai continuar a fazer obras de conservação com os recursos próprios que é o que



ph
A

tem vindo a ser feito, que pretende manter a atualização permanente do sistema informático relativo ao cemitério que ainda não se encontra totalmente concluído e continuar a apoiar o desporto e o associativismo de uma forma sustentada, criteriosa e transparente não entrando em loucuras porque não dá. Assumiu em nome do executivo que continuar-se-á a realizar a semana cultural, o passeio da 3ª idade, a manter os protocolos existentes, bem como a debater com as entidade competentes a abertura da loja espaço do cidadão uma vez que a estrutura já existe faltando unicamente o 1º passo de arranque. Anuiu ainda que o evento de São Félix da Bicharada é para manter, assim como os compromissos existentes com as escolas da freguesia, fazendo-se assim jus ao que tem acontecido nos últimos 4 anos fazendo mais com menos. Refere quanto ao orçamento que a Junta não tem fonte de rendimento e aquilo que recebe é do Estado e da Camara, sendo que 57% do que recebe é para salários e mais ou menos 23% é para despesas, ou seja, 234 mil euros de salários e 96 de serviços, e que se repararem nas receitas o grosso de 74,5% são transferências correntes que são dos organismos estatais e depois temos outras taxas que valores meramente irrisórias. No que concerne ao capital o que o documento contem diz respeito àquilo que prevemos à data de hoje que se irá vender, sendo certo que a receita de capital só pode ser aplicada em despesas de capital e nunca em despesa corrente. Relativamente a tudo o resto ficou à disposição dos presentes para esclarecer qualquer dúvida.-----

--- Tomou a palavra o Sr. Luís Oliveira (PPD-PSD) que iniciou a sua intervenção questionando sobre a classificação da receita no que diz respeito aos membros das mesas de voto que em termos de receita no ano de 2018 está com um valor de 10€, se na rubrica não há entrada de 2.500,00€ mas na rubrica de despesas está definido os 2.500,00€ de saída será de se pressupor que esse recebimento já foi feito no ano económico de 2017 e que o pagamento será feito em 2018? Não terá que haver uma receita de 2.500,00€ e uma despesa de 2.500,00€? Outra situação colocada pelo interveniente em causa diz respeito à rubrica de despesa tendo em conta uma equivalência do ano económico de 2017 para 2018 no que diz respeito à rubrica limpeza e higiene. Esta rubrica no ano transato tinha cerca de 4.200,00€ e este ano está rubricada em 800€, ou seja, apresenta um decréscimo de 3.400,00€. Refere ainda que enquanto esta rubrica sofre um decréscimo em contrapartida a correspondente às atividades socioculturais passa de 17 mil para 24mil.



Nh
A

Por fim diz compreender perfeitamente que exista um decréscimos e que o executivo tem que dividir esses mesmos decréscimos em determinadas rubricas, no entanto aumentar rubricas como as atividades socioculturais e diminuir na limpeza e higiene não se compreende.-----

---Tomou a palavra a Sr. **Mónica Almeida (PS)** dizendo que um novo mandato começa e com ele um novo plano e orçamento, mais um plano e orçamento para mostrar de que fibra é feita este executivo. Refere que durante os 4 anos anteriores este executivo esticou, encolheu, engordou, emagreceu a vários níveis e fez tudo e mais alguma coisa para conseguir levar a cabo os seus compromissos eleitorais, tendo o povo reconhecido isso, fazendo mais com menos o lema do seu mandato, lema que continuará este mandato. Um novo ciclo eleitoral mal teve inicio mas os constrangimentos económicos mantêm-se, apesar de por exemplo a Camara ter posto as suas contas a verde com um nível de dívida a ficar abaixo da zona de risco de endividamento e, por isso, tem conseguido aumentar a verba a transferir para as Juntas em 6%, porém isso continua a ser muito pouco face às necessidades da nossa terra, a dívida da Camara tem que continuar a ser paga e por isso as freguesias vão continuar a penar e isso não se faz com despesismo como foi feito em outros tempos, faz-se com rigor, com investimento inteligente e com seriedade e muito trabalho. Como tal, as Juntas têm que continuar a gerir as suas freguesias com orçamentos curtos mostrando todo o seu engenho na arte de governar, tal como a Camara Municipal o faz. Mas se a Camara de Gaia aumenta em 6% a verba a transferir, existem outras verbas a cair e continuamos sempre na mesma com o cinto bem apertado, com muita vontade de ver São Félix da Marinha a crescer, resultando daí este plano e orçamento sem grandes promessas mas com verdade, seriedade face à situação financeira existente. Com verba apertada mas com vontade e engenho, aumenta-se umas taxas no cemitério que não agrada às vezes à população mas vencemos no global, ganhamos todos pois se a Junta tem mais dinheiro pode fazer também mais pela freguesia e pelo povo de São Félix da Marinha. Mas mais uma vez com a análise deste documento concluímos que é urgente São Félix da Marinha criar algo, uma marca, um evento, algo muito seu, muito próprio que nos permita gerar receita própria e deixar de ser uma freguesia tão dependente de subsídios, isso era ótimo, mas tem que ser algo discutido e concertado com todas as forças politicas para que possa ser algo duradouro e benéfico para quem governa, para todos que passarem nesta



nh
B

casa e também para quem cá vive, para os São Félix Marinhenses. Por fim refere que a bancada do PS votará favoravelmente o plano e orçamento apresentado.-----

--- Seguidamente **tomou a palavra o Sr. Luís Barroso (CDS-PP)** iniciando por questionar o porquê de um decréscimo de 65 mil euros aproximadamente face a uma comparação com outros orçamentos. Seguidamente focou-se no âmbito da receita referente ao fundo de emergência social que refere 6500,00€ dizendo que não vê valor idêntico ou repartido ou tripartido na área social e em que é que ele tem despesa, se existe um fundo de emergência social gostaria de saber ao que ele fica reservado ou se os fundos foram para outro destino que não este. Questionou ainda quanto à despesa denominada deslocação e estadas, em que se atribuiu um montante de 500€ e na medida em que não faz referencias do quê nem em quem, em que é que se gasta esse montante? Finalmente referiu que quanto à área de informática gastar 1500,00€ num site que não dignifica o atual executivo, que não é responsivo, que tem pouca expressão a nível de facebook, que não tem as atas em dia, que tem fotografias do antes e depois com fotos idênticas do antes e depois dizer que se gasta 1500,00€ nisto é gozar com a sua inteligência. Para terminar pede que se esclarece a que se refere a quantia de 200,00€ de locação de material informático.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Manuel Ribeiro (PPD-PSD)** iniciando com um pequeno reparo dirigido ao Vogal Rui Sousa quando o mesmo disse que estávamos perante um orçamento provisório, tendo percebido que não foi isso que o vogal em causa quis dizer mas não entendeu porque também como o disse teria dado a sensação de se estar à espera de algo e daqui a 15 dias estarmos a aprovar outro orçamento, isto pela forma como se expressou. Posto isso disse que andamos sempre a falar em receção, andam sempre as verbas a ser cada vez menos, andamos a cortar, andamos a sofrer cortes por tudo quanto é lado mas depois há a aplicação das verbas com alguma injustiça e a questão que não se percebe como politicamente continuam a ser encaradas da mesma forma por um lado e noutras questões fazem-se cortes radicais, às vezes cegos, passando a dar exemplos. Refere que em 2016 a Junta de freguesia gastou com o gabinete de ação social 15 mil euros, tendo em conta as contas aprovadas em Assembleia de Freguesia, pois, passado a campanha eleitoral onde de falou no apoio social e no apoio aos pobrezinhos, para 2018 corta-se para 11 mil euros. Em contrapartida, mantem-se eletricidade do parque de jogos do clube de futebol de SFM com mais dinheiro a gastar com eletricidade no parque de jogos e sabendo-se que



Handwritten signature and initials in blue ink.

tem havido treinos das camadas jovens às escuras. Aumenta-se a dotação de 6000,00€ pagos em 2016 para 8000,00€ de previsão a gastar com a eletricidade no parque de jogos que já era tempo de ser repensada porque só uma coletividade desta freguesia está a gastar ao orçamento da junta 8000,00€ sem corte absolutamente nenhum, energia que devia ser também utilizada nas camadas jovens mas que existe reporte que alguns dos últimos treinos das camadas jovens tem sido às escuras, e depois quando entram os sénior acende-se os projetores. Em contrapartida as instituições da freguesia no seu todo em 2016 tiveram 7200,00€ e agora sem um único corte a uma única instituição de SFM baixa-se de 7200,00€ para 3350,00€ a todas as outras instituições sem fins lucrativos e perante este tipo de escolhas o Sr. Manuel Ribeiro refere que o PSD não pode votar a favor.-----

---Tomou a palavra a Sra. Margarida Marques (PPD-PSD) referindo que foi consultar no site da Junta o anterior orçamento e ficou um bocado chocada porque leu o mesmo texto, praticamente igual, parecendo-lhe que não houve evolução, sendo da opinião que merecia um pouco mais de trabalho em termos de apresentação o orçamento. Seguidamente referiu-se à variação da colónia de férias com um positivo de 2000,00€ e um negativo de 1000,00€ questionando o porquê dessa situação. Quanto ao aumento da despesa no que concerne às atividades socioculturais em 7500,00€ num orçamento que no seu global desce refere parecer-lhe demasiado. Por fim refere-se aos jogos juvenis, referindo que tem acompanhado nos últimos anos, tendo estes de positivo 550,00€ e negativo de 500€ sendo que no seu acompanhamento quanto à área em si não vê nada de positivo e negativo.-----

--- Findas estas intervenções foi dada a palavra ao Sr. Rui Sousa (Vogal da Junta de Freguesia) para dar resposta às questões e reparos solicitados pelos intervenientes neste ponto da ordem de trabalhos. Referiu primeiramente que relativamente à limpeza e higiene é notório que não se vai deixar de fazer limpeza, a única coisa que se passou foi a desagregação de um valor e a criação de uma nova rubrica a 01.01.07 e aparece lá os 4200,00€ que estavam anteriormente na outra rubrica. Relativamente às atividades socioculturais houve alguns acertos relativamente ao passeio da 3ª idade com referência aos valores gastos em 2016 e por isso é que existe um acréscimo. Com referência às mesas de voto vão ser pagas em 2018, pois a informação que têm é que a verba vai chegar



entretanto, mas só será liquidado em 2018. Relativamente ao Sr. Luís Barroso se tiver visto o documento anterior de 2016 deve ter visto onde existiu a redução, pois que no ano passado colocou-se uma verba de 40mil euros na aquisição de um terreno que era o terreno do parque de jogos, do que era por causa do pavilhão, e saiu, não foi necessário nada disso e isso estava previsto para 2017 e essa verba saiu relativamente a 2018. Quanto a questão das deslocações e estadas refere que essa verba tem que constar porque, são gastos que neste caso o Presidente da Junta, teve que fazer em deslocações a Lisboa em representação da Junta ao Tribunal para duas audiências e estes 500€ é baseado nessa despesa feita em 2017. No que concerne aos meios de comunicação é evidente que eles podiam estar mais atualizados, podiam ter outro formato mas isso vai da opinião de cada um, quanto à locação de material informático esta verba é referente ao que terá que ser pago em 2018 pelas fotocopiadoras. Por fim quanto às instituições sem fins lucrativos refere existir efetivamente redução de verba isto porque na opinião do executivo existem outras formas de ajudar e as outras formas de ajudar é pagando ou fornecendo algo, e por isso é que no início falou que a ajuda às associações iam ter outro mecanismo, as associações não podem estar dependentes da Junta para lhes dar dinheiro porque a Junta não tem.-----

--- Seguidamente foi dada a palavras ao **Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia)** dizendo que em relação à questão do facebook só se põe lá aquilo que dá jeito e nada mais, tendo referido ter a consciências que se deveria publicitar mais mas é necessário trabalhar mediante o dinheiro que se tem e se coloca-se muita coisa “ficariam a saber mais do que eu”. Em face da ação social refere que “gastamos aquilo que tínhamos a gastar e até agora não temos mais a gastar, possivelmente ao começar do ano vai aparecer uma despesa da ação social mas essa quando tiver dinheiro e como o dinheiro não chega a gente faz o orçamento das coisas mediante as verbas que entram, mas tendo as coisas bem controladas a ação social não tem queixas até à data de hoje.” Quanto às contas da eletricidade do campo de futebol refere que sabe que o campo não anda às escuras e sabe-o porque da sua casa vê a eletricidade e não à escuridão. As verbas estão a ser pagas e se a conta da eletricidade do campo aumentou o Sr. Luís Oliveira sabe porque as contas dispararam este ano, ou seja, é referente à coima que veio, que não é deste executivo mas tivemos que pagar, e a conta disparou porque é uma conta a mais de 1000,00€ por mês



NH
10

para se resolver a situação e não estar a incriminar ninguém. Posto isto, afirmou novamente que às escuras o campo não está. Referir ainda que em face de haver para o ano qualquer disparidade no orçamento vai ser fácil de explicar pois para o ano vamos bater no mesmo dilema do orçamento indo existir um discrepância de 80 mil euros que não sabe como vai ser resolvido, fora o que se vai pagar aos advogados, que diz também respeito a outra situação do Campos do São Félix, que não é deste executivo, e por isso a verba que o Rui Sousa falou de 500€ para deslocações a Lisboa porque terá que se deslocar lá para tentar negociar, sabendo não existir negociação possível e que terá que avançar com outros processos para resolver a situação. Para o ano o orçamento vai disparar, não dando números reais porque alguém tem que para estes valores e continua-se a “andar nesta vida”. Afirmo que para além destas situações ainda existe outra que poderá aparecer referente ao muro da frente do campo do São Félix que não foi pago e que “disse ao fulano que só em tribunal pagaria”, levando isto a que se tenha que mexer no orçamento e que daqui a pouco, conforme referiu o Sr. Manuel Ribeiro, se tenha que fazer outro orçamento porque algumas coisas vão cair e ter-se-á que fazer revisões no orçamento. Quanto à questão colocada pela Sra. Margarida Marques transmitiu que não é bem assim como fala quanto aos jogos Juvenis, tendo que estar um bocadinho atenta ao que pensa e se a compreendeu mal as suas palavras desde já transmitiu as suas desculpas. Os Jogos Juvenis só trazem transtornos, e já no tempo dos outros executivos chegou a parar, porque isto dos Jogos Juvenis só dá “dores de cabeça” porque é necessário nadar para afrente e para trás e a gastar dinheiro e por isso São Félix da Marinha estar nos Jogos Juvenis de Gaia é quase zero porque só “gastamos o que temos para gastar”.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia tomou a palavra informado os presentes que o tempo esgotou quanto a este tema, no entanto apenas iria conceder um minuto a cada um para terminar a discussão do tema sobre o orçamento.-----

--- Tomou a palavra o Sr. António Almeida (Secretário da Junta de Freguesia) para esclarecer a questão levantada sobre o problema das atas, dizendo que as atas da junta de freguesia encontram-se todas feitas com a exceção da referente à última reunião que se realizou na segunda-feira. Refere ainda que o problema de não publicar não é um



VL
A

problema da junta e que provavelmente a pessoa em causa não tem tido oportunidade de o fazer mas as atas estão em dia.

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Barroso (CDS-PP)** dizendo que não quis por em causa ninguém, nem tão pouco dizer que as atas não foram feitas, apenas quis dizer que as atas não estão no site e o valor de pagar 1500€ que o Sr. Presidente da Junta diz que tem baseado a ver com valor de facebook não sabe quais foram os anúncios que levaram à verba em causa. Reafirmou que a pergunta que fez foi em que é que se gastou os 1500€, sabendo quanto é que custa um site em média, etc, etc, porque é que vale 1500€.-----

---**Tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia)** dizendo que quanto à questão do site a Junta à dois anos pagava o equivalente a 200€ por mês no entanto e, como as verbas diminuíram, foi necessário diminuir também aqui, referindo até que foi colocada a hipótese de se desistir do site mas para não se desistiu porque o “fulano” encarregue do site deu a possibilidade de se pagar 50€ mensais para se manter o site e posteriormente quando exista maior verbas para se investir, pagar o preço justo e ter-se o site a “bombar” como seria expectável mas que de momento não se tem dinheiro para isso.-----

---**Tomou a palavra o Sr. Luís Oliveira (PPD-PSD)** alertando o Sr. Rui Sousa que de facto não houve uma má leitura do documento, só que verificaram na realidade que os 4200€ não existiam porque na rubrica diz pessoal em regime de tarefa ou avença 4200 e dali não pressupuseram que fosse da limpeza e só por isso a questão. Quanto à questão que o Presidente da Junta adiantou e ao facto de este ter sido presidente do clube, refere que já saiu à 2 anos e não sabe o que se passou de 2014 a 2017, dizendo que enquanto esteve naquela casa, de 2007 a 2014, a Junta de Freguesia era a responsável pelo pagamento mensal por toda a manutenção elétrica do recinto, as outras despesas eram do Clube de Futebol, e as verbas andavam nos 475€ a 527€ mensais se foi para 8000 ronda os 676€ mensais e se agora à ali algum imbróglio na forma como está feito o organigrama elétrico não sabe. Por fim refere que no seu tempo, com as camadas a iniciar às 18:30 é que se ligava e de inverno às 17:30, uma hora mais cedo, tinham nove luzes a funcionar e gastavam a modica quantia à Junta de Freguesia de 475 a 527, agora já saiu do clube à 3



11
P

anos e não pode responder por isso.-----

---**Tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia)** referindo ter tido uma conversa de carácter pessoal com o Sr. Luís Oliveira onde lhe explicou o aumento da eletricidade. Explica que o campo de futebol de São Félix da Marinha esteve 59 prestações sempre com estimativa dos tais 400 e tais euros porque foi feita a habilidade de tirarem os diferenciais devido aos torneios da noite e aquela “geringonça” que foi feita depois teve que se resolver e a EDP caiu em cima, e quando a EDP caiu em cima, foram penalizados com multas que se andam a pagar em cerca de cento e qualquer coisa euros para não avançar-mos para outros lados se não ia-se penalizar muita gente. Foi essa razão de haver diferencial e a EDP começou a “cair em cima” porque não havia contagem de eletricidade no campo de futebol e então agora iniciou-se desde princípios do ano passado a dar a contagem e os preços começaram a disparar. Refere ainda que se calhar durante os próximos anos vai aparecer um aumento de eletricidade na parte do valor da parte elétrica mas, poderá não aparecer tanto porque numa das contas a última prestação foi liquidada agora. Por fim frisou que fez-se contratos com a EDP a pagar mensalmente o que estava para trás para resolver a situação, e que quanto a tal assunto terá falado pessoalmente com o Sr. Luís Oliveira.-----

--- **Passou-se à votação do ponto 3.6 da ordem de trabalhos (Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018), tendo-se obtido o seguinte resultado: 9 votos a favor (PS); 3 votos contra (PPD-PSD) e uma abstenção (CDS-PP).**-----

---Finda a votação foi solicitado à mesa da assembleia uma declaração de voto pelo Sr. Manuel Ribeiro (PPD-PSD).-----

--- **Declaração de Voto do Sr. Manuel Ribeiro (PPD-PSD):** “A opção política do PPD-PSD para a elaboração deste plano de atividade e orçamento, se tivesse sido o executivo, seria certamente diferente e por essa razão votamos contra.”-----

----- **3.7. Análise da Informação do Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade, por si ou pela Junta exercida, no âmbito da competência própria ou**



Nh
B

delegada, bem como da situação financeira, alínea e), ponto 2, art.º 9 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

--- Dada a palavra ao executivo para que procedesse à apresentação do ponto 3.7 da ordem de trabalhos foi pelo **Sr. António Almeida (PS)** dito não ser preciso fazer uma apresentação do ponto em causa por parte do executivo porque o que foi feito de Setembro até à data da presente assembleia está descrito, é apenas um esclarecimento do que a Junta vai concretizando por iniciativa própria ou acompanhada, estando tudo descrito no documentos entregue pelo que não existe a necessidade de se perder tempo com apresentações.-----

--- Inscreveram-se para a discussão do ponto em causa o Sr. Luís Oliveira, a Sra. Margarida Marques, o Sr. Luís Barroso e a Sra. Mónica Almeida.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Oliveira (PPD-PSD)** que referiu que apenas pretendia fazer uma pequena breve abordagem referente à área social e não levantar qualquer questão ao executivo. Na sua intervenção prendeu-se com o número de indivíduos/famílias inscrito no programa POAPNC que é deveras preocupante, referindo que para o ano de 2018 mais uma vez por parte da Junta e das associações que trabalham em cooperação deverá tentar-se cada vez mais que estes números decrescem. Para finalizar a sua intervenção e uma vez que esta assembleia decorreu em vésperas das festividades natalícias desejou a todos os presentes uma Boas Festas.-----

---Seguidamente **tomou a palavra a Sra. Margarida Marques (PPD-PSD)** que no uso da palavra pediu a atenção do Sr. Presidente da Junta para duas situações: uma delas prende-se com uma família com crianças que está a ocupar uma casa devoluta perto do restaurante TA-SE, sendo preocupante a sua segurança e não tanto a ilegalidade que possa estar a ser cometida, solicitando caso se justifique o acompanhamento desta situação por parte da assistente social da Junta de Freguesia. A outra situação referida prende-se com abandono de uma viatura na Avenida da República, junto à praia no sentido norte-sul, tendo esta os vidros partidos e gerando alguma insegurança ou até atraindo algum tipo de má frequência.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Barroso (CDS-PP)** que referiu que a sua intervenção iria ter por base a rede social, questionando o executivo se aos 56 indivíduos que se encontram inscrito no POAPMC foi feita alguma distribuição, afirmando no entanto não ter ainda sido



Nh
A

feita e que caso esteja errado solicita que o corrijam. Afirmou ainda, que uma inscrição não é uma distribuição e que portanto estar inscrito não é ação nenhuma e que estes programas são programas feitos no final do ano ou muito perto do final do ano e que ações práticas não existem quase nenhuma. Refere ainda que no banco alimentar encontram-se inscritos na plataforma 142 agregados e a sua questão é se foi feita alguma distribuição até ao momento, porque é natural que a Junta mexa com o que tem.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia)** referindo que o Sr. Luís Barroso não pode fazer certas afirmações como fez e que sabendo que este está informado quanto à parte social parece-lhe que afinal se encontra mal informado. Refere que se distribuiu à 15 dias, com o apoio da RLIS, as famílias em causa um apoio alimentar e que no dia 19 distribuiu-se cabazes alimentares, sendo isso do conhecimento do Sr. Luís Barroso, não entendendo porque vem fazer essas perguntas, uma vez que sabe a resposta às mesmas uma vez que a sua esposa faz parte das conferências. Para finalizar reafirmou que o cabaz da ação social foi entregue no dia 19 e que à 15 dias fora entregue com o apoio da RLIS a 142 famílias um apoio social de alimentos que é distribuído uma vez por ano e agora a 32 famílias o apoio social às pessoas inscritas na freguesia de São Félix da Marinha.-----

--- **Tomou a palavra o Sr. Luís Barroso (CDS-PP)** que em defesa de honra referiu que o Sr. Presidente da Junta deveria estar a fazer confusão consigo e com a sua mulher que é presidente de uma conferência vicentina, dizendo não ter informação e que quando colocou a sua questão referiu que caso estivesse enganado o corrigisse. Focou ainda que quanto às perguntas que efetuou e caso soube-se a resposta, o que refere não saber, não estava a ver onde ofendeu os sentimentos do Sr. Presidente da Junta e caso não queira responder compreende.-----

--- Seguidamente **tomou a palavra o Sr. Carlos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia)** que no uso da mesma referiu que só falou porque cada vez que o Sr. Luís Barroso vem a uma assembleia não tem outro tipo de conversa e se torna repetitivo solicitando que da próxima vez opte por outros temas de conversa para lhe poder dar resposta.-----



N1
A

--- Por fim **tomou a palavra a Sra. Mónica Almeida (PS)** que referiu que se esqueceram de colocar no documento de informação do presidente a colocação da iluminação de Natal e que por isso queria felicitar o executivo, que embora tenha um orçamento curto, colocou a referida iluminação que se encontra bonita e dá alegria à freguesia. Aproveitou ainda para desejar a todos os presentes uma Boas Festas.-----

--- Findas as intervenções quanto à matéria referente ao ponto 3.7 da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, em seu nome e dos restantes membros da mesa desejou um Bom Natal a todos e umas boas entradas no ano que se iniciará.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, agradeceu a presença de todos dando por encerrados os trabalhos às 00horas e 42minutos do dia vinte e três de Dezembro de dois mil e dezassete, da qual se elaborou a presente Ata, aprovada nos termos artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, bem como, do artigo 50º do Regulamento da Assembleia de Freguesia de São Félix da Marinha em vigor, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim 2ª Secretária, que a subscrevi.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

(Nuno Albino dos Santos Morado Leite)

A 2ª Secretária

(Sónia Andreia dos Santos Campos)